

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

**Março/2010**

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Belo Horizonte/MG, 12 d Março de 2010

## **Lista de Abreviações e Siglas**

**IN - Instrução Normativa**

**DN - Decisão Normativa**

**TCU - Tribunal de Contas da União**

**CGU - Controladoria-Geral da União**

**Art. - Artigo**

**UJ - Unidade Jurisdicionada**

**RFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil**

## Lista de Tabelas, Relações, Gráficos e Declarações

<u>Título</u>	<u>Página</u>
<b>Quadro de Despesas por Modalidade de Contratação .....</b>	<b>12</b>
<i>(Subitem 2.4.2 Execução Orçamentária – 2.4.2.1.1 do Conteúdo Geral)</i>	
<b>Quadro de Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa .....</b>	<b>12</b>
<i>(Subitem 2.4.2 Execução Orçamentária – 2.4.2.1.2 do Conteúdo Geral)</i>	
<b>Quadro Evolução dos Gastos Gerais .....</b>	<b>13</b>
<i>(Subitem 2.4.2 Execução Orçamentária – 2.4.2.1.2.1 do Conteúdo Geral)</i>	
<b>Quadro de Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa .....</b>	<b>13</b>
<i>(Subitem 2.4.2 Execução Orçamentária – 2.4.2.1.3 do Conteúdo Geral)</i>	
<b>Quadro de Composição dos Recursos Humanos .....</b>	<b>28</b>
<i>(Item 3 Informações sobre a Composição de Recursos Humanos – 3.1)</i>	
<b>Quadro de Composição e Custos de Recursos Humanos .....</b>	<b>29</b>
<i>(Item 3 Informações sobre a Composição de Recursos Humanos – 3.1)</i>	
<b>Quadro de Pagamento de Restos a Pagar – Exercício de 2009 .....</b>	<b>35</b>
<i>(Item 5 Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e Saldos Exerc. Anteriores)</i>	
<b>Quadro de Informação sobre Transferências no Exercício .....</b>	<b>37</b>
<i>(Item 6 do Conteúdo Geral)</i>	
<b>Relatório de Cobrança da Dívida Previdenciária .....</b>	<b>59</b>
<i>(Item 30 da Parte C do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i>	
<b>Declaração de Registros Atualizados do Siasg e Siconv .....</b>	<b>60</b>
<i>(Item 13 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i>	
<b>Declaração do Contador .....</b>	<b>61</b>
<i>(Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i>	

## Sumário

<b>1 - Identificação .....</b>	<b>pág 08</b>
<b>2 - Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos .....</b>	<b>pág 11</b>
<b>2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade .....</b>	<b>pág 11</b>
<b>2.2 - Estratégia de Atuação frente às Responsab. Institucionais .....</b>	<b>pág 11</b>
<b>2.3 - Programas e Ações sob Responsabilidade da Unidade .....</b>	<b>pág 11</b>
2.3.1 - Relação de Programas .....	<b>pág 11</b>
2.3.2 - Principais Ações do Programa.....	<b>pág 11</b>
<b>2.4 - Desempenho Operacional .....</b>	<b>pág 11</b>
2.4.1 - Programação Orçamentária .....	<b>pág 11</b>
2.4.2 - Execução Orçamentária .....	<b>pág 12</b>
2.4.3 - Indicadores de Desempenho .....	<b>pág 17</b>
<b>3 - Informações sobre a Composição de Recursos Humanos .....</b>	<b>pág 28</b>
<b>4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos .....</b>	<b>pág 33</b>
<b>5 - Inscrições de Restos a Pagar.....</b>	<b>pág 35</b>
<b>6 - Informações sobre Transferências .....</b>	<b>pág 37</b>
<b>7 - Previdência Complementar Patrocinada .....</b>	<b>pág 39</b>
<b>8 - Projetos ou Programas Financiados Recursos Externos .....</b>	<b>pág 41</b>
<b>9 - Renúncias Tributárias .....</b>	<b>pág 43</b>
<b>10 - Operações de Fundos .....</b>	<b>pág 45</b>
<b>11A - Recomendações do Órgão ou Unidade Controle Interno .....</b>	<b>pág 47</b>
<b>11B - Determinações e Recomendações do TCU .....</b>	<b>pág 49</b>
<b>12 - Atos de Admissão, Desligamento, Aposentadoria e Pensão .....</b>	<b>pág 51</b>
<b>13 - Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV .....</b>	<b>pág 53</b>
<b>14 - Outras Informações Consideradas Relevantes .....</b>	<b>pág 55</b>
<b>15 - Informações Contábeis da Gestão .....</b>	<b>pág 57</b>
<i>(Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i>	
<b>16 - Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo Unidades Afins .....</b>	<b>pág 59</b>
<i>(Item 30 da Parte C do Anexo II da DN TCU 100/2009)</i>	

## **Introdução**

O Relatório de Gestão está estruturado por itens de acordo com o conteúdo da DN TCU 100/2009 sendo que, do item 1 ao 14 está conforme a Parte A do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 2009, o item 15 conforme a Parte B do Anexo II da DN TCU 100/2009 e o item 16 conforme a Parte C do Anexo II da DN TCU 100/2009. Ao final do Relatório de Gestão encontram-se os anexos de documentos que foram digitalizados tais como declarações e outros.

Os itens 7 (*Previdência Complementar Patrocinada*) e 10 (*Operações de Fundos*) não se aplicam à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

Os dados e informações pertinentes aos itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.3.1, 2.3.2, 2.4.1, 2.4.1.1, 2.4.1.2, 2.4.1.3, 2.4.1.4, 2.4.1.5, 2.4.2.3, 2.4.2.4, 3.3, 9, 11A, 11B, 12 e 16 constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 – Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 1: Informações de identificação da Unidade Jurisdicionada  
*(Item 1 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

## 1 – Identificação

Poder e Órgão de vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Fazenda		<b>Código SIORG:</b> 001929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
<b>Denominação completa:</b> Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal - SRRF06			
<b>Denominação abreviada:</b> Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal			
<b>Código SIORG:</b> 003157	<b>Código LOA:</b> Não se aplica	<b>Código SIAFI:</b> 170088	
<b>Situação:</b> Ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Administração Tributária		<b>Código CNAE:</b> 8411-6/00	
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(031) 3218 - 6523	(031) 3218 - 6520	(031) 3218-6526
<b>Endereço eletrônico:</b> internetrfb@receita.fazenda.gov.br			
<b>Página da Internet:</b> <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">http://www.receita.fazenda.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Afonso Pena, 1316, 5º ANDAR, Ala "B", Centro, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP: 30130-003			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
DELEGACIA DA RFB EM BELO HORIZONTE	Ativa	003313	
DELEGACIA DA RFB EM GOVERNADOR VALADARES	Ativa	003317	
DELEGACIA DA RFB EM JUIZ DE FORA	Ativa	003318	
DELEGACIA DA RFB EM UBERABA	Ativa	003321	
DELEGACIA DA RFB EM VARGINHA	Ativa	003323	
DELEGACIA DA RFB EM DIVINÓPOLIS	Ativa	003316	
DELEGACIA DA RFB EM MONTES CLAROS	Ativa	003320	
DELEGACIA DA RFB EM UBERLÂNDIA	Ativa	003322	
INSPETORIA DA RFB EM BELO HORIZONTE	Ativa	004244	
DELEGACIA DA RFB EM CONTAGEM	Ativa	003314	
DELEGACIA DA RFB EM CORONEL FABRICIANO	Ativa	012669	
DELEGACIA DA RFB EM POÇOS DE CALDAS	Ativa	012739	
DELEGACIA DA RFB EM SETE LAGOAS	Ativa	012653	
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007; Decreto nº 7.050, de 23 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. em 24 de dezembro de 2009; Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.050, de 23 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. em 24 de dezembro de 2009; Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Decreto nº 7.050, de 23 de dezembro de 2009, publicado no D.O.U. em 24 de dezembro de 2009; Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, publicada no D.O.U. em 06 de março de 2009.			



<b>Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
170089	DELEGACIA DA RFB EM BELO HORIZONTE
170091	DELEGACIA DA RFB EM GOVERNADOR VALADARES
170092	DELEGACIA DA RFB EM JUIZ DE FORA
170093	DELEGACIA DA RFB EM UBERABA
170094	DELEGACIA DA RFB EM VARGINHA
170095	DELEGACIA DA RFB EM DIVINÓPOLIS
170096	DELEGACIA DA RFB EM MONTES CLAROS
170097	DELEGACIA DA RFB EM UBERLÂNDIA
170227	INSPETORIA DA RFB EM BELO HORIZONTE
170248	DELEGACIA DA RFB EM CONTAGEM
170324	DELEGACIA DA RFB EM CORONEL FABRICIANO
170325	DELEGACIA DA RFB EM POÇOS DE CALDAS
170328	DELEGACIA DA RFB EM SETE LAGOAS
<b>Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas</b>	
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>
00001	Tesouro Nacional
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>	
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>	<b>Código SIAFI da Gestão</b>
170089	00001
170091	00001
170092	00001
170093	00001
170094	00001
170095	00001
170096	00001
170097	00001
170227	00001
170248	00001
170324	00001
170325	00001
170328	00001

Fonte: SIORG e SIAFI

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 2: Informações sobre a gestão orçamentária da unidade, considerando o atingimento dos objetivos e metas físicas e financeiras, bem como as ações administrativas consubstanciadas em projetos e atividades *(Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) Anexo II da DN TCU 100/2009)*

## **2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos**

### **2.1. Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas**

### **2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais**

### **2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da Unidade**

#### **2.3.1. Relação dos Programas**

#### **2.3.2. Principais Ações do Programa**

Para fins do disposto no Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes aos itens anteriores 2.1, 2.2, 2.3, 2.3.1 e 2.3.2 constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

## **2.4. Desempenho Operacional**

### **2.4.1. Programação Orçamentária**

#### **2.4.1.1. Identificação da Unidade Orçamentária (UO)**

#### **2.4.1.2. Programação das Despesas Correntes**

#### **2.4.1.3. Programação das Despesas de Capital**

#### **2.4.1.4. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência**

#### **2.4.1.5. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Para fins do disposto no Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes aos itens anteriores 2.4.1, 2.4.1.1, 2.4.1.2, 2.4.1.3, 2.4.1.4 e 2.4.1.5 constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

## 2.4.2. Execução Orçamentária

### 2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

#### 2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
<b>Licitação</b>				
Convite	12.895,50	33.318,78	12.895,50	1.000,00
Tomada de Preços	435.704,61	54.089,16	434.949,61	54.089,16
Concorrência		5.000.001,00		0,00
Pregão	11.398.982,16	13.122.230,85	10.618.641,81	12.184.424,48
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	6.773.148,96	13.535.506,07	6.255.048,66	13.075.896,53
Inexigibilidade	1.227.233,73	641.490,93	1.119.234,59	602.926,75
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	17.897,04	12.096,12	17.897,04	12.096,12
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
<b>Pagamento em Folha</b>				
Diárias	1.649.655,96	2.340.919,08	1.649.565,98	2.340.919,08
<b>Outros</b>	1.860.983,77	1.547.936,45	419.399,10	1.473.361,28

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

#### 2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>	<b>3.303,12</b>	<b>30.498,00</b>	<b>3.303,12</b>	<b>30.498,00</b>			<b>3.303,12</b>	<b>30.498,00</b>
08 - Outros Benef.Assistenciais	3.303,12	30.498,00	3.303,12	30.498,00			3.303,12	30.498,00
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	<b>23.093.482,12</b>	<b>30.656.729,35</b>	<b>21.804.961,45</b>	<b>29.575.350,51</b>	<b>1.288.520,67</b>	<b>1.081.378,84</b>	<b>21.757.966,12</b>	<b>28.710.122,97</b>
39 – Outros.Serv.Pes. Juridica	8.355.309,03	13.653.839,44	7.631.753,07	13.134.311,42	723.555,96	519.528,02	7.609.494,65	12.585.326,57
37 – Locação de Mão de Obra	7.490.028,23	9.454.192,21	7.188.845,19	9.077.501,44	301.183,04	376.690,77	7.175.147,93	8.878.101,81
14 – Diárias Pessoal Civil	1.649.655,96	2.340.577,92	1.649.610,97	2.340.577,92	44,99	-	1.649.610,97	2.339.592,56
Demais elementos do grupo	5.598.488,90	5.208.119,78	5.334.752,22	5.022.959,73	263.736,68	185.160,05	5.323.712,57	4.907.102,03

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

### 2.4.2.1.2.1. Evolução dos Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	761.479,88	854.511,91	649.850,20
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	2.276.629,77	1.649.655,96	2.340.919,08
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	8.076.763,83	8.601.168,61	10.364.607,99
3.1. Publicidade	277,20	0	0
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	6.285.116,62	6.483.428,63	7.081.590,30
3.3. Tecnologia da informação	0	680,00	7.960,00
3.4. Outras Terceirizações	1.791.370,01	2.117.059,98	3.275.057,69
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	33.688,72	17.897,04	12.096,12
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS			
<b>TOTAIS</b>	<b>11.148.562,20</b>	<b>11.123.233,52</b>	<b>13.367.473,39</b>

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

OBS: Os valores apresentados correspondem aos valores liquidados no exercício.

### 2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
<b>4 - Investimentos</b>	<b>279.716,49</b>	<b>5.600.361,09</b>	<b>145.454,00</b>	<b>169.362,89</b>	<b>134.262,49</b>	<b>5.430.998,20</b>	<b>121.591,00</b>	<b>168.252,91</b>
51 – Obras e Instalações	-	5.000.001,00	-	-	-	5.000.001,00	-	-
52 – Equip. e Mat.Permanente	279.716,49	600.360,09	145.454,00	169.362,89	134.262,49	430.997,20	121.591,00	168.252,91
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-		
<b>5 - Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

### Análise Crítica:

#### Análise das alterações significativas ocorridas no exercício

#### 1. Despesas de Custeio – Modalidade de Contratação Direta

A 6ª Região Fiscal apresentou, entre os anos de 2008 e 2009, um acréscimo nas despesas de custeio de aproximadamente 33 %, passando de R\$ 23,1 milhões em 2008 para R\$ 30,66 milhões em 2009, em função, principalmente, do processo de unificação das Secretarias da Receita Federal (SRF) e da Receita Previdenciária (SRP), que provocou a necessidade de adequação do espaço físico em diversas unidades, com conseqüente pressão sobre as despesas de custeio, tais como energia elétrica, telefonia, limpeza e conservação, vigilância, serviços de manutenção e conservação de bens imóveis.

O maior aumento no período, aproximadamente 99%, foi verificado na modalidade de Contratação Direta, o qual se refere à locação de imóveis que possibilitaram efetivar o processo de unificação nas Delegacias da Receita Federal do Brasil (DRF) em Belo Horizonte e em Contagem, bem como na Agência da Receita Federal do Brasil (ARF) em Pouso Alegre, conforme relato a seguir: Como consequência, as despesas correlatas para administração dos imóveis alugados também tiveram acréscimos, como, por exemplo, as despesas contratadas com locação de mão- de-obra (aproximadamente 26%). Houve, ainda, o incremento da contratação na modalidade Pregão.

## **a) DRF Belo Horizonte – Contratação da locação de Imóvel**

### **a.1 – Situação Atual**

O contrato da locação do imóvel onde está estabelecida, desde 24/11/2008, a sede da DRF Belo Horizonte foi celebrado em 27/06/2008, entre o Condomínio do Edifício Savassi Mall I (atual denominação do Hospital Prontocor S/A) e a União, representada pela Delegacia, no valor de R\$ 499.000,00/mês, totalizando R\$ 5.988.000,00/exercício, conforme processo nº 10680.003289/2008-26. A DRF Belo Horizonte responde por 33 % das despesas de custeio de toda a Região Fiscal e essa contratação representou um acréscimo de aproximadamente R\$ 6 milhões nessas despesas, comparando-se 2009 em relação a 2008.

### **a.2 – Histórico**

Anteriormente à instalação de sua atual sede, a DRF Belo Horizonte ocupava o prédio do Edifício Sede do Ministério da Fazenda em Belo Horizonte/MG. O referido imóvel é administrado pela Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em MG – GRA/MG/MF. Em função disso, suas despesas não causavam impacto nas despesas de custeio da Região Fiscal, pois eram incluídas em rateio, diretamente pela GRA com o Órgão Central da RFB. Isso significava que as necessidades orçamentárias da DRF Belo Horizonte, restringiam-se à aquisição de materiais de consumo, serviços eventuais, além da contratação de empresas para prestação de serviços terceirizados para as agências jurisdicionadas: ARF/João Monlevade, ARF/Ouro Preto e ARF/Conselheiro Lafaiete.

A área utilizada pela DRF Belo Horizonte no Edifício Sede do Ministério da Fazenda se apresentava, entretanto, insuficiente, tornando inviável que seus servidores estivessem devidamente instalados e o público, em geral, adequadamente atendido. Quando do processo de fusão entre as extintas SRF e SRP, a situação se agravou., apresentando o seguinte quadro:

- falta de espaço físico e necessidade de readequação da rede telefônica e elétrica, com sérias restrições quanto à instalação novos pontos elétricos e equipamentos, em consequência do uso da totalidade da carga existente;
- falta de espaço para arquivo de documentos, material de consumo e de expediente, bem como para guarda de móveis e outros materiais, em geral;
- precariedade do atendimento ao contribuinte (em média 2000/dia), devido ao calor e excesso de ruído;

- falta de espaço físico no Serviço de Fiscalização, Tributação e Arrecadação que proporcionasse a necessária privacidade para a manutenção do sigilo das informações fiscais ali tratadas;
- inadequação do espaço físico ocupado pelo Serviço de Tecnologia da Informação, em vista das normas de segurança da informação expedidas pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (Cotec);
- aumento expressivo do número de servidores, que passou a totalizar cerca de 600 servidores, sendo 250 originados da ex-SRP.

Diante dessa situação, em 2007, a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 6ª RF ( SRRF06) destinou à DRF Belo Horizonte, o imóvel localizado à Avenida Olegário Maciel, n.º 2.360, bairro Santo Agostinho, para que, após as devidas obras de reformas e adaptações, albergasse sua futura e definitiva sede.

Por ser um imóvel tombado pela Secretaria de Patrimônio Histórico do Município, foram necessárias várias providências adicionais para aprovação do Projeto Básico Completo junto aos órgãos de controle e fiscalização municipais, comprometendo o início das obras e a transferência da Delegacia em curto prazo. Registre-se, que essa destinação, mesmo não solucionando de pronto às necessidades da Delegacia, gerou acréscimos orçamentários, em função da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância e manutenção, além de despesas com água, luz, e telefone. Por outro lado, o antigo prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), localizado à Rua da Bahia, nº 888, foi também avaliado para funcionamento da sede da DRF Belo Horizonte. Entretanto, eram muitos os problemas apresentados, os quais inviabilizavam o seu aproveitamento, tais como:

- a rede hidráulica apresentava sérias limitações, com interdição de vários banheiros;
- ausência de escada de incêndio, o que é absolutamente vedado pelo Corpo de Bombeiros;
- rede telefônica e lógica incompatível com parque tecnológico da RFB;
- rede elétrica precária e não estabilizada, o que impedia a instalação da rede Serpro e demais sistemas informatizados da RFB.

A alternativa vislumbrada, então, foi a alocação de um imóvel, que atendesse às necessidades internas da DRF Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que, sendo bem localizado, também atendesse ao público que demanda os serviços da RFB na capital. Isso até a finalização das obras de sua sede própria. Após a realização de vistoria em vários imóveis de Belo Horizonte, verificou-se enorme escassez de prédios com condições de espaço, acabamento e localização adequados à instalação de uma Delegacia do porte da DRF Belo Horizonte, a não ser a alternativa do imóvel hoje ocupado e para o qual, em outubro de 2007, a Secretaria do Patrimônio da União, Gerência Regional em Minas Gerais, emitiu o Laudo de Avaliação Técnica nº 87/2007, apurando-se o seu valor locativo mais provável – “valor de mercado”:

*Valor médio de mercado: R\$ 445.0000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais) mensais*

*Limite Superior: R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais) mensais*

*Limite inferior: R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais) mensais.*

### **a.3 – Demais Contratos**

Da referida locação, decorreu a celebração de todos os atuais contratos de prestação de serviços, imprescindíveis a DRF Belo Horizonte para a consecução de suas finalidades, com demanda de orçamento adicional para, dentre outros, os serviços de recepção, vigilância, copeiragem, limpeza, portaria e manutenção de elevadores, bem como para os serviços públicos essenciais, como telefonia (incluído a locação de central telefônica), energia elétrica, fornecimento de água e coleta de esgoto. Vale ressaltar que todas as contratações relatadas foram efetuadas observando-se rigorosamente os princípios que regem o direito público.

## **2. Investimentos**

**a- Obras e Instalações** (valor de R\$ 5.000.001,00 em 2009): o valor contratado na modalidade Concorrência refere-se à obra da reforma do prédio da futura sede da DRF Belo Horizonte, antigo prédio da Escola de Farmácia da UFMG, localizado à Avenida Olegário Maciel, n.º 2.360, bairro Santo Agostinho. A obra, incluída no PPA 2008/2011, foi contratada em 2009, com a empresa Engefort Construtora Ltda, CNPJ 05.280.840/0001-79, Edital de Concorrência DRF/BHE N° 01/2009, Contrato n° 12/2009, com previsão de conclusão para dezembro de 2012.

**b- Equipamentos e Material Permanente:** Em 2008 foram liberados escassos recursos para aquisição de material permanente, como mobiliário e equipamentos, para os quais a 6ª RF apresentava uma enorme carência. Em 2009 os recursos recebidos representaram um acréscimo de aproximadamente 114% em relação a 2008, porém ainda insuficientes para atender a todas demandas das unidades da 6ª Região Fiscal.

## **3. Diárias**

O aumento de aproximadamente 42% no valor das despesas com diárias de 2008 para 2009, refere-se basicamente ao aumento do valor das diárias pagas aos servidores, em função do cumprimento do Decreto 6907, de 21 de julho de 2009.

### **Contingenciamento no exercício**

A 6ª Região Fiscal, em 2009, teve que adequar suas atividades em função do contingenciamento de créditos orçamentários definido pelo MPOG/SOF. Tendo em vista a execução orçamentária em 2008, no valor de R\$ 23,1 milhões e o aumento de despesas em virtude da locação de imóveis e do conseqüente aumento das despesas correlatas para sua administração, a 6ª RF recebeu como limite inicial R\$ 27 milhões, alterado para R\$ 28 milhões, em maio de 2009. Entretanto, esse acréscimo, no valor de R\$ 4,9 milhões seria insuficiente para cobertura das despesas correntes em 2009, sendo que sequer cobriria o aluguel do imóvel da atual sede da DRR Belo Horizonte, da ordem de *R\$ 499.000,00 ao mês, totalizando R\$5.988.000,0* no exercício.

Como conseqüência, as despesas de custeio relacionadas a treinamento, fiscalização, repressão e aquisição de materiais de consumo tiveram que ser adiadas para o fim do exercício, fazendo-se necessário priorizar os pagamentos dos contratos continuados, como vigilância, aluguéis, limpeza e conservação, dentre outros. Somente ao final do ano é que ocorreu o descontingenciamento dos valores pelo MPOG/SOF.



#### 2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não houve execução orçamentária de créditos recebidos pela UJ por movimentação interna e externa.

#### 2.4.2.3. Execução Orçamentária por Programa de Governo

#### 2.4.2.4. Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Para fins do disposto no Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes aos itens anteriores 2.4.2.3. e 2.4.2.4 constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

#### 2.4.3. Indicadores de Desempenho

Indicador: **Índice de realização da meta global de arrecadação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	96,90

**Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.

**Fórmula de cálculo:**  $[(\text{Arrecadação realizada}) / (\text{meta de arrecadação}) \times 100]$ .

**Fonte Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.

**Comentários:** O desempenho negativo, apresentado em relação à meta, justifica-se, sobretudo, pela concentração da base industrial regional em extração mineral, metalurgia e fabricação de veículos automotores, exatamente os setores mais atingidos pela crise econômica. Segundo o IBGE, a produção industrial recuou em 2009 em relação a 2008, 13,1% em Minas Gerais e 7,4% no Brasil, sendo o desempenho mineiro o segundo pior entre as regiões pesquisadas. Em Minas Gerais, os setores industriais com maiores quedas de produção foram metalurgia básica (MG: -26,3%; Brasil: -17,5%), indústria extrativa (MG: -25,1%; Brasil: -8,8%), produtos de metal (MG: -32,9%; Brasil: -14,7%) e máquinas e equipamentos (MG: -29,9%; Brasil: -18,5%). Dada a importância do setor automotivo regional, as desonerações do IPI – Automóveis também exerceram forte impacto negativo na arrecadação regional.

**Indicador: Tempo médio de espera para atendimento**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Minutos	Negativa	25,00	22,25

**Finalidade:** Medir o tempo de espera, pelo contribuinte, para atendimento, sem limitação de senha.

**Fórmula de cálculo:** Média ponderada dos tempos de espera para chamada de serviços, nas unidades de atendimento, no período, apurada de acordo com a metodologia adotada pelo sistema Saga.

**Fonte Dados:** Sistema Saga.

**Comentários:** A meta para o indicador de gestão relativo ao tempo médio de espera no atendimento presencial, definida pela RFB, foi fixada para 2009 em **25 min**. Na 6ª RF a meta foi cumprida e superada, pois atingiu-se a média de 22 min e 15 seg, (22,25 em decimais). Houve redução no Tempo Médio de Espera – TME - na 6ª RF no ano de 2009 se comparado ao ano de 2008. Esta redução foi da ordem de 30,65%, bastante expressiva em relação ao resultado nacional, que teve queda de 22,47%. Conforme mostra a tabela a seguir, as Delegacias que registraram maior queda no TME foram Montes Claros, Uberlândia e Varginha. Esse resultado positivo é fruto, principalmente, do investimento no gerenciamento local do atendimento nas unidades, que propiciou: a conscientização das chefias das áreas de atendimento quanto à necessidade de se aplicar integralmente seu tempo ao gerenciamento, reflexo do seminário nacional de atendimento realizado nos dois últimos anos e de reuniões regionais, a plena utilização do Agendamento - Saga para os serviços de pessoa jurídica.

TME – Tempo Médio de Espera			
DRF*	2008	2009	Variação
DRF/Belo Horizonte	45,00	30,16	-33,01%
DRF/Contagem	32,18	24,20	-24,81%
DRF/Coronel Fabriciano	27,76	20,76	-25,21%
DRF/Divinópolis	15,05	12,00	-22,15%
DRF/Governador Valadares	37,13	32,00	-13,78%
DRF/Juiz de Fora	27,30	18,73	-31,38%
DRF/Montes Claros	43,71	19,26	-55,93%
DRF/Poços de Caldas	14,86	11,91	-19,84%
DRF/Sete Lagoas	39,16	28,85	-28,89%
DRF/Uberaba	25,56	25,16	-1,56%
DRF/Uberlândia	27,68	14,63	-47,14%
DRF/Varginha	26,26	17,00	-34,96%
6ª RF	32,08	22,25	-30,65%
Brasil	27,45	21,28	-22,47%

Fonte: Saga

\*CAC e Agências

As Delegacias que apresentaram as maiores demandas de atendimento presencial em 2008 mantiveram essa condição em 2009. São elas as DRF de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Varginha e Uberlândia.

Os atendimentos à distância ainda não produziram reflexos na redução de atendimentos nos CAC (Centro de Atendimento ao Contribuinte) e ARF (Agência da Receita Federal do Brasil) desta região. Os elevados números de inscrição de códigos de acesso registrados no site da RFB ainda não podem ser interpretados por "novos acessos de novos contribuintes", uma vez que, muitas vezes, são provenientes da perda das senhas criadas anteriormente. Ainda se está investindo na orientação a contadores e ao cidadão comum sobre as facilidades oferecidas pelo e-CAC. A prova deste fato está nos dados registrados pelo Saga( Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento), onde os serviços mais demandados, neste ano, ainda foram o de Pesquisa de Situação Cadastral e Fiscal (em torno de 15% do total de serviços demandados) e o Relatório de Restrições (3%), já disponíveis para consulta na Internet.

<b>QAP - Quantidade de Atendimento Presencial</b>			
<b>DRF*</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>Variação</b>
DRF/BHE	485.166	403.773	-16,78%
DRF/CON	123.755	110.111	-11,03%
DRF/CFN	68.704	61.684	-10,22%
DRF/DIV	163.363	158.747	-2,83%
DRF/GVS	154.840	134.405	-13,20%
DRF/JFA	234.984	228.516	-2,75%
DRF/MCR	78.608	53.410	-32,06%
DRF/PCS	72.527	66.616	-8,15%
DRF/STL	109.279	117.690	7,70%
DRF/UBB	105.114	99.833	-5,02%
DRF/UBE	178.673	156.156	-12,60%
DRF/VAR	200.139	182.126	-9,00%
6ª RF	1.975.152	1.773.067	-10,23%
Brasil	20.601.054	19.897.736	-3,41%

Fonte: Saga

\*CAC e Agências

Além disso, várias outras ações implementadas refletiram positivamente no TME por dispensarem a presença do contribuinte no atendimento presencial: simplificação dos procedimentos relativos a DISO – Declaração e Informação sobre Obra de Construção Civil e, conseqüentemente, simplificação no fornecimento de Certidão Negativa (CND) relativa a obras, no que tange às Pessoas Jurídicas com contabilidade regular; “descongelamento” da CND Previdenciária. Ao solicitar a CND de Débitos Previdenciários, caso o contribuinte tivesse pendências, ainda que as resolvesse, somente poderia solicitar novamente a Certidão após o prazo de 30 dias. Desde 04/02/2009, esse prazo caiu para 4 dias e a CND Previdenciária pode ser obtida pela Internet; pesquisa sobre a situação fiscal do contribuinte por código/senha de acesso – esse serviço era disponibilizado na Internet somente por meio de Certificação Digital. Desde 16/03/2009, passou a ser disponibilizado na Internet por meio de código/senha de acesso; criação de novo *layout* para a página da RFB na Internet que, desde 02/04/2009, passou a ser centrada nos serviços prestados ao contribuinte, agrupados por perfil; novo extrato IRPF por código/senha de acesso, disponibilizado na Internet, desde 18/05/2009, permitindo a auto-regularização de eventuais pendências e contendo informações mais completas e inúmeros *links* e funcionalidades.

**Indicador: Grau de evolução real da arrecadação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	99,20	92,10

**Finalidade:** Mensurar o crescimento real da arrecadação, do trimestre atual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atualizando-se a série pela variação do IPCA.

**Fórmula de cálculo:**  $\{[(\text{Arrecadação realizada em } t) / (\text{arrecadação realizada em } t-4)] \times 100\}$ , onde t representa o trimestre.

**Fonte Dados:** DW-Arrecadação.

**Comentários:** A queda real da arrecadação da 6ª RF, em relação a 2008, foi puxada pela Receita Não-Previdenciária, o que está associado às quedas de lucratividade e faturamento das empresas e ao aumento das compensações de débitos e desonerações tributárias. A Receita Previdenciária sofreu expansão, decorrente, sobretudo, do crescimento real da massa salarial. Contribuíram para atenuar a queda da arrecadação a transferência de depósitos judiciais da Caixa Econômica Federal para a Conta Única do Tesouro Nacional e os pagamentos em conformidade com a Lei 11.914/09 (parcelamento especial). Minas Gerais contou, também, com a transferência de arrecadação do IPI – Cigarros de outras regiões fiscais, a partir de junho/2009, resultante da centralização dos pagamentos nos estabelecimentos produtores. O resultado negativo também foi influenciado pela base de comparação dos dados (arrecadação de 2008), que se revela bastante inflada em relação à série histórica, devido aos reflexos do aquecimento da economia, e, em segundo plano, às arrecadações atípicas.

**Indicador: Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Dias	Negativa	1,55	2,12

**Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de importação.

**Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre o registro de cada DI no Siscomex e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de DIs desembaraçadas.

**Fonte Dados:** Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro.

**Comentários:** A 6ªRF apesar de não ter cumprido a meta estipulada para o indicador de tempo médio bruto no despacho de importação, atingiu o resultado de 2,12, o segundo menor índice entre as 10 regiões fiscais, conforme os dados extraídos do Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro, tendo ficado abaixo da média nacional, que foi de 2,62. Analisando-se, os dados extraídos mensalmente, verifica-se que o comportamento do índice ao longo dos meses tem forte tendência à estabilidade neste patamar, tendo havido dois picos, o máximo em set/2009, em 4,02 dias, e mínimo de 1,4 em dez/2009. A Região Fiscal está envidando esforços para reverter a tendência e aproximar o índice da meta. Para tanto, investiu em capacitação ao longo de 2009 e está trabalhando, também, a parte comportamental dos envolvidos. Em paralelo, está em análise a revisão da parametrização dos despachos de importação pelo Sistema Siscomex e alteração da legislação em vigor, de forma a modificar a dinâmica dos procedimentos atualmente adotados.

Indicador: **Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,19	0,22

**Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.

**Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada DE e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de DEs desembaraçadas.

**Fonte Dados:** Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro.

**Comentários:** Na exportação, a 6ªRF manteve-se, em 2009, com um indicador de tempo médio bruto no despacho de exportação de 0,22, bem abaixo da média nacional, de 0,45, e muito próximo do cumprimento total da meta de 0,19. Neste caso, verifica-se uma forte tendência de queda ao longo do período, sendo que nos meses de março, maio, agosto, setembro, outubro e novembro o índice ficou bem abaixo da meta, mostrando que os esforços para o seu alcance foram eficazes.

Indicador: **Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	148	320

**Finalidade:** Medir o número de eventos de educação fiscal, conforme critérios definidos pela Coaef, para o público interno e externo com a participação da RFB.

**Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.

**Fonte Dados:** Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).

**Comentários:**

**Eventos no ano de 2009**

Aduana e Mercadorias	Conheça a RFB	Controle dos Gastos Públicos	Educação Fiscal Interna	Ensino à Distância	Fortalecimento do GEFE	Incentivo aos GEFM	Total
23	98	35	41	91	3	29	320
<b>Meta 2009 – 6ª RF: 148 eventos</b>				<b>Percentual de realização da meta: 216,22%</b>			

A análise quantitativa dos eventos mostra que foi ultrapassada a meta de 148 eventos, proposta pela Coordenação-Geral de Atendimento, Educação Fiscal e Memória Institucional (Coaef), para a 6ª Região Fiscal. Avalia-se que o desempenho significativamente superior à meta pode ser atribuído aos seguintes fatores: 1) aumento do número de servidores envolvidos e do tempo de dedicação às atividades de Educação Fiscal; 2) crescimento da motivação e do empenho de alguns servidores da Superintendência nas unidades descentralizadas, que impulsionaram o trabalho;

3) esforço concentrado da equipe de coordenação de Educação Fiscal da Divisão de Interação com o Cidadão (Divic) em motivar, integrar e acompanhar o trabalho de todo o grupo no Estado de Minas Gerais; 4) empenho da Administração da 6ªRF em incentivar e valorizar as ações do Programa de Educação Fiscal; 5) aprofundamento das parcerias com as entidades envolvidas no Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), destacando-se a Controladoria-Geral da União (CGU), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Centro de Treinamento Regional da Escola de Administração Fazendária em Minas Gerais (CENTRESAF/MG); 6) capacitação de servidores, em parceria com o CENTRESAF/MG, inclusive com a formação de disseminadores; 7) comparecimento de servidores da 6ªRF a vários eventos externos de Educação Fiscal promovidos por parceiros e outras entidades; 8) continuidade do trabalho realizado nas escolas públicas, notadamente no município de Pará de Minas; 9) troca de experiências com outras Regiões Fiscais, com visitas a Recife, Curitiba e ao Observatório Social de Maringá e 10) participação nas reuniões do Grupo de Educação Fiscal e da Coaef, no âmbito nacional.

**Indicador: Índice de presença fiscal na fiscalização de tributos internos**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	10,43	12,33

**Finalidade:** Medir a variação da cobertura da fiscalização de tributos internos.

**Fórmula de cálculo:** {[Média aritmética da (CFPJ + CFPF + CFD)] x 100}, onde: Cobertura da fiscalização de tributos internos sobre os PJ (CFPJ) = [(Quantidade de contribuintes de demais PJ objeto de fiscalização ou revisões no ano) / Quantidade de PJ demais ativas]; Cobertura da fiscalização de pessoa física (CFPF) = [(Quantidade de contribuintes de PF objeto de fiscalização malha PF ou malha ITR) / Quantidade de PF declarantes]; Cobertura da fiscalização PJ Diferenciada (CFD) = [(Quantidade de contribuintes de PJ diferenciados objeto de fiscalização, revisões ou fiscalizações de comércio exterior no ano) / Quantidade de PJ diferenciadas].

**Fonte Dados:** Ação Fiscal de Tributos Internos, Gerencial da Malha PF, Gerencial da Malha ITR.

**Comentários:** Visando situar a análise deste indicador no cenário nacional, reproduzimos abaixo os resultados da fiscalização de tributos internos, de janeiro a dezembro de 2009, nesta 6ª RF e no Brasil, bem como o comparativo destes resultados em relação ao ano anterior. O resultado das ações fiscais no ano de 2009, em nível Brasil, acusa, em relação ao ano anterior, 2008, um decréscimo de -3,4 % na quantidade de contribuintes fiscalizados e, ao mesmo tempo, em que pese este crescimento negativo, um acréscimo de 19,7% no crédito tributário lançado nestas ações fiscais, conforme reproduzido a seguir:

<b>BRASIL - TOTAL DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS FISCALIZADAS</b>					
2008		2009		Variação %	
Quantidade	Crédito (R\$)	Quantidade	Crédito (R\$)	Quantidade	Crédito
491.538	74.984.466.838	474.813	89.760.580.310	-3,4%	19,7%

O tempo gasto nessas ações fiscais, em nível Brasil, também foi superior, relativamente ao ano anterior, conforme reproduzido a seguir:

<b>BRASIL - HORAS MÉDIAS GASTAS NAS FISCALIZAÇÕES</b>					
2008			2009		
Pessoa jurídica		Pessoa Física	Pessoa jurídica		Pessoa Física
Diferenciado	Demais		Diferenciado	Demais	
230,4	139,6	52,9	243,2	167,0	70,5

As metas estabelecidas para a 6ª. RF, em quantitativos de contribuintes a serem fiscalizados em 2009, foram superadas tanto no que diz respeito àquelas fixadas para a fiscalização externa quanto às fixadas para as diversas malhas (PJ, PF, ITR), conforme demonstrativo a seguir:

<b>Quantidade de PJ E PF – fiscalização externa</b>		
2009		
Executado	Meta anual	% Realizado
2.655	2.567	103,4%

<b>Malha PF – nº de declarações</b>		
Meta anual	Realizado	%
32.438	37.503	115,61%

<b>Malha PJ - nº de declarações</b>		
Meta anual	Realizado	%
274	330	120,44%

<b>Malha ITR - nº de declarações</b>		
Meta anual	Realizado	%
395	447	113,16%

Acusamos em 2009, na 6ª RF, um decréscimo de 7 % no quantitativo de Auditores Fiscais lotados na fiscalização, em relação ao ano anterior. Esse decréscimo foi bem superior ao ocorrido em nível Brasil - cerca de 1%, o que trouxe, como consequência, a queda no número de ações fiscais, de cerca de 25%, enquanto a média nacional de queda, em relação ao ano anterior, foi de 20%, conforme demonstrado a seguir:

Região Fiscal	Número de AFRFB			Fiscalizações por AFRFB		
	2008	2009	%	2008	2009	%
6ª	457	424	0,93	8,34	6,26	0,75
BRASIL	4.072	4.013	0,99	7,52	6,05	0,80

Apesar da diminuição na mão de obra alocada na fiscalização, houve, na 6ª. RF, um aumento de mais de 50% no crédito tributário lançado por Auditor Fiscal e de mais de 100% no crédito apurado por ação fiscal, indicadores esses, bem acima da média nacional, conforme demonstrado:

<b>Valores em Reais (R\$) por</b>						
Região Fiscal	AFRFB			MPF - Fiscalização		
	2008	2009	%	2008	2009	%
6ª RF	6.863.031,21	10.456.701,32	52,36	822.555,80	1.669.292,68	102,93
Brasil	16.324.910,03	21.265.211,51	30,26	2.169.904,80	3.513.557,88	61,92

Todos os números citados, aliados ao resultado positivo do indicador de presença fiscal em relação à meta, vêm corroborar a constante busca da RFB no aprimoramento da qualidade, tanto da seleção de contribuintes a serem fiscalizados quanto na qualidade da execução da ação fiscal, de forma a fazer com que a presença fiscal se dê de forma crescente, eficiente e eficaz.

**Indicador: Índice de cobertura da fiscalização aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	3,60	7,63

**Finalidade:** Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objetos de fiscalização a posteriori, no período indicado.

**Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)], onde: Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro; Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.

**Fonte Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.

**Comentários:** Observa-se que o grau de cobertura da fiscalização aduaneira da 6ªRF, foi de 7,63, polaridade positiva, superando a meta proposta de 3,60 e superior à média nacional de 5,08. A fiscalização aduaneira de zona secundária da 6ªRF, que é centralizada em uma única Unidade Aduaneira da Região, a Inspeção da Receita Federal do Brasil (IRF) em Belo Horizonte, realizou 63 fiscalizações de zona secundária no ano de 2009. Frente aos indicadores acima, pode-se considerar que os resultados foram bons.

**Indicador: Grau de eficácia da seleção e fiscalização no despacho de importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	10,00	4,24

**Finalidade:** Medir a eficácia da seleção e fiscalização no despacho de importação.

**Fórmula de cálculo:** {[ (Nº de DIs desembaraçadas com ficha de ocorrência (FDI) no Ambiente de Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros (Radar) + nº de DIs não-desembaraçadas com FDI no Radar, com indicação de perdimento total de mercadorias) / (nº de DIs desembaraçadas com verificação aduaneira + nº de DIs não-desembaraçadas com FDI no Radar com indicação de perdimento total de mercadorias)] x 100}.



**Fonte Dados:** Informações obtidas a partir de pesquisa no sistema Gerencial de Desempenho Aduaneiro (GDA) e no sistema DW Corporativo, visão aduaneira (DWA), cujo banco de dados é construído com informações do Siscomex, módulo Importação, e do sistema Radar.

**Comentários:** A 6ªRF, apesar de um índice de 4,24 no grau de eficiência da seleção e fiscalização no despacho de importação, o que representou 42,43% de uma meta de 10,00, encontra-se acima da média nacional, que apresenta um índice de 3,49, como verificado no Sistema Gerencial do Desempenho Aduaneiro. A Região Fiscal está envidando esforços para reverter a tendência e aproximar o índice da meta. Para tanto, investiu em capacitação ao longo de 2009, treinando as equipes para que o gerenciamento de risco no despacho tenha sua eficácia aumentada e trabalhando a parte comportamental dos envolvidos. Como dito anteriormente, está em análise a revisão da parametrização dos despachos de importação pelo Sistema Siscomex e alteração da legislação em vigor, de forma a modificar a dinâmica dos procedimentos atualmente adotados.

**Indicador: Grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Suari/RFB	Percentual	Positiva	80,00	69,84

**Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.

**Fórmula de cálculo:** [(Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100].

**Fonte Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.

**Comentários:** Sobre o grau de eficácia da seleção e fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior, a 6ªRF obteve em 2009 um índice de 69,84, que representou 87,3% de cumprimento de meta, ficando próxima à média nacional de 91,65%. De um total de 63 fiscalizações de zona secundária efetuadas no ano, 55 tiveram resultado positivo.

**Indicador: Número de análises de perfis de contribuintes diferenciados**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sufis/RFB	Número absoluto	Positiva	2	2

**Finalidade:** Conhecer o perfil integral dos contribuintes através da metodologia de acompanhamento dos contribuintes diferenciados por setor econômico.

**Fórmula de cálculo:** Quantidade de análises de contribuintes diferenciados realizadas pela metodologia de acompanhamento por setor econômico sob a responsabilidade da Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac).

**Fonte Dados:** Metodologia de acompanhamento de contribuintes diferenciados por setor econômico (em desenvolvimento na Comac).

**Comentários:** A metodologia de acompanhamento dos contribuintes diferenciados por setor econômico é nova na RFB e sua implantação, desde 2007, obedece a um cronograma que apresenta um número crescente de análises, objetivando, devido à sua complexidade, o treinamento, disseminação, desenvolvimento e aprimoramento. Em 2009, essa metodologia foi aplicada a 20 contribuintes, sendo dois por região fiscal. Para esse trabalho, a Coordenação Especial de Maiores Contribuintes (Comac), por meio de estudos internos e consultas às RF, definiu que os contribuintes analisados pertenceriam aos setores “Distribuição de Energia Elétrica” e “Comércio Varejista Predominantemente Produtos alimentícios - Hiper, Supermercado”. Conforme as diretrizes desse plano de ação, a 6ª RF selecionou e analisou dois contribuintes em 2009, um de cada setor definido. Os relatórios resultantes dessas análises foram encaminhados às delegacias sede dos contribuintes para análise e providências cabíveis. Com isto, a 6ª RF cumpriu 100% de sua meta para o ano.

**Indicador: Grau de aprofundamento dos eventos de capacitação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sucor/RFB	Horas	Positiva	25,00	36,30

**Finalidade:** Aferir a profundidade dos eventos de capacitação.

**Fórmula de cálculo:** Quantidade de horas de treinamento realizado no exercício dividida pela quantidade de servidores treinados no exercício.

**Fonte Dados:** Siscad.

**Comentários:** No planejamento regional, procurou-se priorizar, à vista dos recursos disponíveis, os eventos mais relevantes em termos de impacto no trabalho das unidades. A seleção de escopos redundou em treinamentos que demandavam uma carga média superior à fixada para a meta, favorecendo o seu alcance. Notas adicionais encontram-se no tópico relacionado aos planos de capacitação do quadro de recursos humanos.

**Indicador: Grau de amplitude da capacitação dos servidores**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	RESULTADO
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	69,85

**Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade.

**Fórmula de cálculo:** Quantidade de servidores treinados no exercício dividida pela quantidade de servidores no exercício.

**Fonte Dados:** Siscad.

**Comentários:** Aqui se cuida do percentual de servidores treinados (na apuração do índice, servidores que participaram de mais de um evento são contados apenas uma vez). Em termos de alcance da meta, a 6ª RF figurou em terceiro lugar entre as regiões fiscais, – em primeiro lugar, ficou a 5ª RF, 80,67%; e em segundo lugar, a 2ª RF, com 78,30%. Como comentado anteriormente, a estratégia utilizada no planejamento regional privilegiou treinamentos com maior grau de profundidade, envolvendo, em contrapartida, um número menor de servidores, o que prejudicou a obtenção da meta de se capacitar 100% dos servidores. Notas adicionais encontram-se no tópico relacionado aos planos de capacitação do quadro de recursos humanos.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 3: Informações sobre recursos humanos da unidade *(Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

### 3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

#### 3.1. Composição dos Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos				
Situação apurada em 31/12/2009				
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva		Lotação Autorizada**	Lotação Ideal****
	Carreira ARFB	Outros*		
<b>Estatutários</b>				
Próprios	1496	609	2875	2875
Requisitados				
<b>Celetistas ***</b>		158		
<b>Cargos de livre provimento*****</b>				
Estatutários	313	46		
Não Estatutários		1		
<b>Terceirizados</b>				
<b>Total</b>	<b>1809</b>	<b>814</b>	<b>2875</b>	<b>2875</b>

Fonte: SIAPE

\* PCC, PGPE, PECFAZ e Seguro Social, no que diz respeito aos servidores estatutários próprios.

\*\* Referente apenas a Carreira ARFB-Port. RFB nº 11416/2007. Relativamente aos servidores PCC, PGPE e PECFAZ, as vagas são autorizadas para o MF. Os integrantes da carreira do Seguro Social foram redistribuídos com os respectivos cargos por força da Lei nº 11.457/2007, não existindo, portanto, vaga autorizada e não ocupada na RFB.

\*\*\* Empregados do Serpro (PSE)

\*\*\*\* Referente apenas a Carreira ARFB

\*\*\*\*\* Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

**Obs:** Considerando que as informações referentes à **Composição e aos Custos de Recursos Humanos** foram extraídas do sistema SIAPE, por Unidade Pagadora, estão incluídos no quadro acima os dados relativos às Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme quantitativos abaixo.

Situação apurada em 31/12/2009				
Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento - DRJ Belo Horizonte e DRJ Juiz de Fora				
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva		Lotação Autorizada**	Lotação Ideal****
	Carreira ARFB	Outros*		
<b>Estatutários</b>				
Próprios	79	5	153	153
Requisitados				
<b>Celetistas ***</b>				
<b>Cargos de livre provimento*****</b>				
Estatutários	20			
Não Estatutários		1		
<b>Terceirizados</b>				
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>6</b>	<b>153</b>	<b>153</b>

Fonte: SIAPE

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	2207	72.790.749,86		183.806.863,67	19.060,16	6.298.434,13		
2008	2294	166.771.643,88		169.789.204,20	17.739,40	6.014.605,65		
2009	2464	328.135.433,23		74.778.566,45	9.415,87	6.034.135,68		
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>								
2007	164	7.229.738,09						
2008	160	7.566.208,76						
2009	158	6.870.423,50						
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>								
2007	1			50.355,81				
2008	1			53.880,66				
2009	1			53.880,66				
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>								
2007								
2008								
2009								
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>								
2007								
2008								
2009								
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoyo Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007		4.434.218,14	162	2.245.593,75			69	593.811,94
2008		5.177.692,88	191	2.603.451,01			137	773.620,72
2009		5.880.335,13	230	3.698.753,20			139	679.993,72

Fonte: SIAPE

**OBS:** Limpeza é cobrada por área e vigilância é cobrada por prédio.

### 3.2. Contratos de Terceirização de Área-Fim

De acordo com o Art. 2º da Lei nº 11.457 de 16 de março de 2007, que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil, planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento de contribuições sociais e ainda de acordo com o Art. 9º, da mesma Lei, esta função será atribuição dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil. Portanto, para fins do disposto no item 3 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU nº 100/2009, não houve contratos de terceirização de Área-fim durante o ano de 2009 firmados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

### 3.3. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Para fins do disposto no Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes ao mesmo constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

### 3.4. Análise Crítica

#### Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional

##### **Estatutários – Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil (ARFB)**

A lotação efetiva na região (1.809) corresponde a 63% da autorizada (2.875). Do contraste desses números, nota-se defasagem de 1.066 servidores no quadro de pessoal, ou seja, 37% da força de trabalho.

##### **Estatutários – Demais Carreiras**

A lotação efetiva das demais carreiras (PCC, PGPE, PECFAZ e Seguro Social) que integram a 6ª RF resulta em 609 servidores, sendo 249 servidores da carreira do seguro social e 360 das carreiras administrativas do Ministério da Fazenda (PCC, PGPE e PECFAZ). Acerca dos integrantes da carreira do Seguro Social, cujos cargos foram redistribuídos para a RFB por força da Lei nº 11.457/ 2007, importa frisar que, dos 554 servidores que vieram integrar os quadro de servidores da 6ª RF, apenas 249 permaneceram na RFB. Em se falando dos servidores integrantes do PECFAZ, convém destacar algumas informações acerca da situação do Assistente Técnico-Administrativo, cargo criado por meio da Lei nº 10.807/2009. Das 279 pessoas que foram nomeadas para esse cargo no estado de Minas Gerais, 195 entraram em exercício, sendo que 10 já haviam pedido vacância até o final do exercício em exame. Estes números indicam uma tendência de evasão crescente dos quadros funcionais que compõem a 6ª RF. Do que dimana de tais informações, depreende-se que, em termos quantitativos, os quadros da 6ª RF carecem de adequação.

#### **Desempenho funcional dos servidores e funcionários;**

A partir de 1º de julho de 2008, com o advento da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, os titulares dos cargos da carreira ARFB, passaram a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, de molde que a avaliação individual para fins de remuneração deixou de existir. No que toca às carreiras que integram o Pecfaz, ainda não ocorreu a regulamentação da parcela individual da gratificação devida aos integrantes dessas carreiras – a Gratificação de Desempenho de Atividades Fazendárias – GDFAZ.

#### **Necessidades de ampliação e renovação do Quadro de recursos humanos**

No que se relaciona às aposentadorias, verifica-se que, em 2009, 55 servidores do órgão se aposentaram, sendo que 03 (três) dessas aposentadorias foram revertidas. Outro parâmetro que traz subsídios, inda que indiretos, para análise desse ponto diz respeito aos abonos de permanência concedidos:

▪	Minas Gerais: 382 servidores recebem abono de permanência
▪	Evolução dos pedidos deferidos:
-	2007 – 18
-	2008 – 79
-	2009 - 199

A evolução dos números indica que o Quadro de recursos humanos em Minas Gerais necessita ser ampliado, seja pela necessidade de adequação antes reportada, seja pela perspectiva de aposentadorias.

### **Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos;**

As ações de capacitação e desenvolvimento (C&D) dos servidores são estruturadas por meio do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas – Procad, que compreende as ações previstas para cada exercício, com base em proposta elaborada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep, em parceria com as Unidades Administrativas da RFB, bem como em levantamento regional de necessidades - tudo em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal. Ao longo do exercício de 2009, a 6ª RF desenvolveu um grande esforço de gestão, a fim de adequar suas atividades ao contingenciamento do orçamento do órgão. Assim, o programa regional de capacitação foi reavaliado mais de uma vez ao longo do ano, priorizando-se os eventos de maior relevância. Inicialmente, o valor destinado à execução do Procad somava R\$ 884.850,00, sendo que o valor efetivamente empregado somou R\$ 518.820,45. O montante de R\$ 366.029,55, que deixou de ser aplicado em eventos de capacitação, com as alterações e reprogramações de gastos, necessárias à adequação decorrente do contingenciamento de recursos orçamentários, foi redirecionado para outras despesas de custeio.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 4: Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos *(Item 4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*



#### **4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos**

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos na UJ.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 5: Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores *(Item 5 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

## 5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

### Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	866.337,52	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
2008	70.926,01	67,68	70.858,33	0,00
2007	102.451,75	0,00	102.451,75	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	6.512.377,04	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
2008	1.640.082,28	317.417,52	1.322.664,76	0,00
2007	7.434.985,53	440.946,36	6.776.740,05	217.299,12
...				

**Observações:**

DECRETO Nº 6.331, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007. - Art. 1º Fica prorrogado, até 30 de junho de 2008, o prazo de validade dos restos a pagar não-processados inscritos nos exercícios financeiros de 2005 e 2006, observado o disposto no § 1º deste artigo.

DECRETO Nº 6.625, DE 31 DE OUTUBRO DE 2008 “Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de março de 2009, o prazo de validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2005 e 2006 dos órgãos do Poder Executivo, observado o disposto nos §§ 1º e 2º.” (NR)

DECRETO Nº 7.057, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009 “Art. 1º A validade dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008, fica prorrogada até 31 de dezembro de 2010”.

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

### Análise Crítica

Valores pagos em 2009, referentes a restos a pagar, no valor de R\$ 317.417,52: R\$ 125.618,36 – Refere-se a valor de obra não executada do Depósito de Materiais Apreendidos em Montes Claros. A empresa que estava executando a obra entrou em falência e o contrato foi cancelado, após as devidas notificações. R\$ 91.680,76 – Refere-se a valor pago à empresa que executou o Projeto Básico da obra da futura sede da DRF Belo Horizonte. O projeto deveria ter sido entregue em 2008, mas sofreu atrasos, tendo em vista a demora na aprovação do projeto pelos órgãos de controle e fiscalização municipais.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

- Item 6: Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição *(Item 6 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

## 6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
170088		Superintendência da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal							
Transferências Realizadas									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	03/2004	17.422.056/0001-37	3.493.276,96	0,00	1.872.513	12.186,09	02/8/04	01/8/09	Encerrado

Transferências Recebidas									
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Valor total Recebido até o exercício	Valor Recebido no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIASG

### Análise Crítica

O convênio SRRF06 de nº 03/2004, assinado entre este órgão e a empresa Instituto Euvaldo Lodi, para contratação de estagiários, foi encerrado em 02 de agosto de 2009. Com o encerramento deste convênio a 6ª Região Fiscal da RFB não possui mais qualquer convênio assinado que provoque ônus à administração pública.

Não houve transferências realizadas com base no artigo 35, do decreto 93.872/86 e nem no artigo 12, § 1º, do Decreto 6.752/2009.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 7: Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas (*Item 7 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009*)

## **7. Previdência Complementar Patrocinada**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 8: Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos *(Item 8 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*



## **8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos**

Não houve nenhum projeto ou programa financiado com recursos externos na UJ.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 9: Informações sobre Renúncia Tributária *(Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

## **9. Renúncias Tributárias**

Para fins do disposto no Item 9 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes ao mesmo constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 10: Resultados da avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundos *(Item 10 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

## **10. Operações de fundos**

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 11A: Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno *(Item solicitado pela CGU)*

## **11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno**

Para fins de atendimento ao disposto no Item 11-A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 (Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno), incluído pela CGU, por meio do documento intitulado ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, informamos que as recomendações feitas pela CGU, bem como as respectivas providências adotadas pelas unidades centralizadas e descentralizadas desta Secretaria, encontram-se detalhadas no Plano de Providências da RFB - exercício de 2008, que compõe o item 11-A do Plano de Providências da RFB/2009 (gestão 2008), parte integrante do Processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Exercício de 2009.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 11B: Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU (*Item 11 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009*)



## **11B. Determinações e recomendações do TCU**

Para fins de atendimento ao disposto no Item 11-B do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 (Cumprimento das Deliberações do TCU), informamos que as determinações e recomendações prolatadas pelo TCU e encaminhadas diretamente para o Senhor Secretário da RFB, bem como as respectivas providências adotadas pelas unidades centralizadas e descentralizadas desta Secretaria, encontram-se detalhadas no item 11-B do Relatório de Gestão Consolidado da RFB, parte integrante do Processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - Exercício de 2009.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

- Item 12: Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão praticados no exercício (*Item 12 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009*)

## **12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício**

Para fins do disposto no Item 12 do Conteúdo Geral (Parte A) do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes ao mesmo constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 13: Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas no SIASG e no SICONV *(Item 13 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

### **13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV**

Este item está contemplado no Anexo 1 da página 60.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 14: Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão *(Item 14 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009)*

**14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão**

A Superintendência da Secretaria da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal não possui outras informações consideradas relevantes.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

- Item 15: Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade que apresenta Relatório de Gestão  
*(Item 1 da Parte B do Anexo II da DN TCU 100/2009)*



## **15. Informações Contábeis da Gestão**

Este item está contemplado no Anexo 2 da página 61.

**Ministério da Fazenda**  
**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**  
**6ª Região Fiscal**

**Relatório de Gestão do Exercício de 2009**

Item 16: Acórdão nº 499/2009 – TCU – Plenário. Relatório circunstanciado das medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária (*Item 30 da Parte C do Anexo II da DN TCU 100/2009*)

## **16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de Unidades afins**

Para fins do disposto no Item 30 da Parte C do anexo II da DN TCU 102/2009, os dados e informações pertinentes ao mesmo constam do Relatório de Gestão Consolidado, parte integrante do processo nº 12440.000031/2010-41 - Tomada de Contas da Secretaria da Receita Federal do Brasil Exercício de 2009.

## **Anexo 1 – Declaração do Item 13**

**Ministério da Fazenda**

**Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil**

### **6ª Região Fiscal**

Em conformidade com o disposto no Item 13 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU 100/2009, declaramos que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Belo Horizonte, 12 de março de 2010.



Hermano Lemos de Avellar Machado  
Superintendente

## Anexo 2 – Declaração do Item 15

### DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável (UGR) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta contas, em 31 de dezembro de 2009.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Belo Horizonte, 09 de março de 2010.

  
Cassimiro Agostinho de Araújo  
Contador CRC 27352/MG